

**ACT COMEMORA APROVAÇÃO DO PLV 29/2011 (MP540)
Senado votou em 22 de novembro a medida, que contém avanços e
retrocessos na política de controle do tabaco**

A Rede da Aliança de Controle do Tabagismo – ACT comemora a aprovação do PL 29/2011, , que foi votado em 22 de novembro, no Senado Federal. No entanto, enviou uma carta para a presidente da República, Dilma Roussef, pedindo veto para as alterações do artigo 3º da Lei 9294/96, promovidas pelo artigo 49 do PLV 29/2011. Este artigo trata das advertências sanitárias nos maços de cigarros e da propaganda institucional por empresas de tabaco. A carta pode ser acessada no link: http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/684_ExposicaoMotivosPLV_29-2011_VETO.pdf

O PLV 29/2011 contém grandes avanços para a política de controle do tabagismo, a exemplo da mudança do modelo tributário do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos derivados de tabaco. Alíquotas fixas e *ad valorem* mais altas, além do estabelecimento de preços mínimos e a previsão de reajustes periódicos até 2015, junto com a criação de ambientes livres de tabaco e a proibição da publicidade em pontos de venda, são conquistas da Saúde Pública que merecem destaque, e estão de acordo com a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT, primeiro tratado internacional de saúde pública, da Organização Mundial da Saúde, e do qual o Brasil é signatária.

A aprovação do PLV 29/2011 foi polêmica. Vários senadores da base aliada e da oposição manifestaram-se contrários ao retrocesso que alguns pontos do texto representam para a saúde pública. Os líderes do governo no Senado e no Congresso Nacional, bem como o líder do PT, declararam o compromisso do governo em vetar as concessões feitas à indústria do tabaco.

Para a ACT, é uma vitória importante em função dos avanços que essa medida traz. “Estamos celebrando e acompanhando o compromisso, tanto de senadores da base do governo, como da oposição, de trabalhar pelo veto presidencial da emenda que autoriza a publicidade institucional de cigarros”, disse Paula Johns, diretora executiva da ACT.

É fato público e notório que todas as medidas de controle do tabaco previstas na CQCT encontram forte resistência da indústria do tabaco. Isso acontece no Brasil, na Austrália, no Uruguai, na Inglaterra, na Nigéria, na China e em qualquer país que esteja adotando políticas públicas de saúde que dão resultado. A Austrália, por exemplo, aprovou na última semana uma legislação para que as embalagens de cigarros se tornem genéricas, ou seja, não mostrem logotipos ou cores das marcas de cigarros. Esta semana, a Philip Morris ameaçou entrar com um processo judicial contra a medida.

Para mais informações:
Anna Monteiro
(21) 3311-5640 / 7864-3970